



O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 7834 | Salvador, terça-feira, 07.01.2020

Presidente Augusto Vasconcelos



Reestruturação anunciada pela Caixa prejudica os empregados. Sindicato dos Bancários da Bahia reafirma luta em defesa dos direitos dos trabalhadores



DESMONTE

Na Caixa, só ataques

Os empregados da Caixa começam o ano em um clima de incertezas. A reestruturação recentemente anunciada pelo banco prevê

mudanças na rede de atendimento que atingem gerentes, tesoureiros e caixas. Em 13 de janeiro, o Sindicato faz Dia Nacional de Luta. Página 3

Ajustes na Previdência penalizam o povo

Página 2

Sem emprego, saída é a informalidade

Página 4



Mais arrocho contra o povo

Acesso ao direito da aposentadoria ainda mais difícil

ANA BEATRIZ LEAL
imprensa@bancariosbahia.org.br

A REFORMA da Previdência, após a virada do ano, já sofreu ajustes. As regras de transição, que surgiram para reduzir o impacto das mudanças para quem já estava no mercado de trabalho, passaram por alterações, dificultando ainda mais o acesso à aposentadoria.

De acordo com a reforma, a idade mínima para a aposentadoria das mulheres é de 62 anos e dos homens 65 anos.

No entanto, para quem já trabalhava e contribuía para a Previdência Social, foi criada uma tabela escalonada, que começa em 56 anos (mulheres) e 61 anos (homens) e é acrescida de seis meses a cada ano. Isso significa que a partir deste ano, elas já precisam ter 56 anos e meio. Já eles têm de cumprir 61 anos e meio.

Além disso, neste modelo de transição as mulheres precisam



comprovar 30 anos de contribuição e os homens 35.

Há regra de transição também na aposentadoria por idade, que exige menos tempo de recolhimento ao INSS. Para os homens é necessário completar

ainda 65 anos, mas as mulheres, que em 2019 precisavam de 60 anos, terão de contribuir, a partir deste ano, 60 anos e meio. Para ambos os sexos, a contribuição mínima também passa a ser de 15 anos e meio.

Apesar de juros limitados, fique de olho

RESPONSÁVEL por endividar muitos brasileiros, desde ontem, o cheque especial está com juros limitados. Os bancos não poderão cobrar taxas superiores a 8% ao mês, o equivalente a 151,8% ao ano. Apesar do limite, é bom ficar de olho. As empresas ainda exploram.

A limitação dos juros do cheque especial, modalidade de crédito com taxas que podem aumentar uma dívida em até 4 vezes

em um período de 12 meses, foi decidida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) no fim de novembro. No período, as taxas ficaram em 12,4% ao mês, o que equivale a 306,6% ao ano.

Segundo o Banco Central, o objetivo da medida é tornar o cheque especial mais eficiente e menos prejudicial para a população mais pobre.

JOÃO UBALDO



Começam a valer limite de juro e novas regras do cheque especial. Mesmo assim, não dá para vacilar



ANOTE AÍ

Ataque à imprensa

✓ Em um ano de governo, Jair Bolsonaro deu diversos exemplos de desrespeito e perseguição à imprensa. Levantamento da Fenaj revela que em 2019 o presidente fez 116 agressões a jornalistas e veículos de comunicação. Um ataque a cada três dias.

Não perturbe

✓ Ninguém aguenta receber aquela ligação indesejada a cada minuto. Mas, o problema pode acabar. Já está no ar a ferramenta que permite bloquear ligações telefônicas com ofertas de empréstimo consignado. O chamado "Não perturbe" tem por objetivo impedir o assédio dos bancos e financeiras. Basta acessar o site www.naomeperturbe.com.br.

Cesta-alimentação

✓ Os participantes da Funcef podem perder a cesta-alimentação, um benefício recebido pelos empregados da Caixa. A Fundação decidiu incorporar o provento na complementação da aposentadoria paga por entidade fechada de Previdência privada. A decisão, no entanto, vai na contramão da cláusula 12 do ACT vigente (2018/2020).

Reestruturação na Caixa: erro



Verba era utilizada para habitação



Reestruturação anunciada atinge diretamente gerentes, tesoureiros e caixas

MANOEL PORTO – ARQUIVO

No dia 13, Sindicato realiza manifestação

RENATA ANDRADE
imprensa@bancariosbahia.org.br

O GOVERNO não para de atacar a Caixa e os trabalhadores estão atentos ao desmonte. O banco anunciou no início de dezembro uma reestruturação que prevê alterações na rede de atendimento, como a aplicação da “verticalização” a todos os gerentes, ampliação da segmentação e criação do conceito de “gestão operacional” nas agências, com impactos como a extinção da função de tesoureiro e que parte das unidades não teria caixas.

Para os caixas, o risco é de ocorrer o descomissionamento em massa. No caso dos tesoureiros, o prejuízo seria a extinção da função com a criação do gerente operacional e acesso por PSI (Processo Seletivo Interno), agregando novas tarefas sem aumento salarial.

Os gerentes de relacionamento PF/PJ podem sofrer decesso. Ou seja, executar o mesmo trabalho que realizam atualmente com redução salarial e rebaixados a GAN (Gerentes de Atendimento e Negócios) PF e PJ, caso haja vagas para todos.

Para alertar a sociedade e os trabalhadores sobre os prejuízos da reestruturação, o Sindicato realiza Dia Nacional de Luta em 13 de janeiro.

Invalidada liminar que contraria interesses da Cassi

O NOVO estatuto da Cassi, aprovado na consulta realizada em novembro do ano passado, estava sendo ameaçado por uma associação ligada ao mercado da saúde, que entrou com liminar solicitando a suspensão da proposta. Com as alterações defendidas pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça), o novo documento permanece em vigor.

Mas, com as alterações defendidas pelo STJ, o novo documento permanece em vigor. Mesmo sabendo que a proposta foi aprovada por 81.982

votos a favor e 39.608 votos contrários, a associação reclamante queria que fossem considerados os 1.516 votos nulos para o cálculo do percentual de aprovação da proposta.

Como se não bastasse, a liminar ainda impedia que a Cassi recebesse mais de R\$ 1 bilhão do Banco do Brasil. O valor incluía R\$ 600 milhões da contribuição por dependentes e taxa administrativa, mais cerca de R\$ 450 milhões para a equalização do déficit do Grupo de Dependentes Indiretos.

Governo quer enfraquecer a instituição

A DIREÇÃO da Caixa, mais uma vez, enfraquece e descapitaliza o banco público. Foram devolvidos mais R\$ 8,350 bilhões dos recursos tomados ao Tesouro Nacional por meio do IHCD (Instrumento Híbrido de Capital e Dívida). A medida penaliza a população, já que o banco perde a capacidade de novos empréstimos, em um momento de carência de renda e necessidade de financiamento a longo prazo.

O empréstimo que a Caixa tomou na IHCD possibilitou que o banco ampliasse a carteira de crédito durante a crise financeira, estendendo o papel como agente das políticas públicas dirigidas à população vulnerável economicamente. O recurso é direcionado para investimentos básicos como saneamento, habitação popular e até financiamento de material de construção.

Ao devolver os recursos do IHCD, programas sociais do país, como *Minha Casa, Minha Vida* e Fies, ficam paralisados, prejudicando a população de baixa renda.

A importância do BNB para o Nordeste

O BNB é um importante agente promotor do desenvolvimento regional e, mesmo assim, sofre ataques do governo Bolsonaro. Em 2019, a instituição foi responsável por R\$ 41,2 bilhões em financiamentos



Foram contratados R\$ 10,6 bilhões pelo Crediamigo

de longo e curto prazo em toda a área de atuação. Beneficiou setores econômicos do Nordeste, além de norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Através do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste), o banco aplicou R\$ 29,5 bilhões, totalizando mais de 565 mil operações de crédito. A maior parte (56%) foi destinada a empreendimentos em zonas de semiárido. Um total de R\$ 16,4 bilhões foi utilizado no estímulo da economia em localidades menos favorecidas.

Ainda foram contratados R\$ 10,6 bilhões, por meio do programa de microcrédito produtivo e orientado do Banco do Nordeste, o Crediamigo.

Informalidade para fugir da crise no país

Governo foi incapaz de gerar política eficaz de emprego

VALQUÍRIA SIQUEIRA
imprensa@bancariosbahia.org.br

O ANO é novo, mas os problemas são velhos conhecidos. Falta emprego no Brasil para quitar as contas. Para sobreviver a um



Fazer bico é o que “tem para hoje” no Brasil

cenário de constantes crueldades do governo Bolsonaro, sem trabalho, sem dinheiro e sem condições de pagar o alto custo de vida, o brasileiro tem de recorrer ao chamado trabalho informal – pessoas que trabalham por conta própria e sem carteira assinada.

Para se ter ideia, já são 38,763 milhões de trabalhadores na informalidade, segundo dados da PNAD Contínua. Em um ano, o governo Bolsonaro se mostrou incapaz de implantar um projeto de geração de emprego e distribuição de renda no país. O Brasil alcançou uma taxa de informalidade de 41,1% no mercado de trabalho, a maior proporção desde 2006.

Para cada 10 trabalhadores, quatro estão no mercado informal. Segundo especialistas, com a falta de oportunidades, o brasileiro passou a fazer bicos e a trabalhar em novas atividades, abaixo do nível de qualificação e tempo disponível. Isso porque precisa gerar alguma renda para a família.

DINEY ARALJO



De quinta a sábado tem espetáculo do Raul Seixas

Política de valorização do mínimo no ralo

SOMENTE no fim do mês, os trabalhadores vão sentir no bolso o peso da Medida Provisória do presidente Bolsonaro, que acabou com o aumento real do salário mínimo, ao fazer um reajuste que contempla apenas a correção pela inflação, o que fixa o valor, a partir de janeiro, em R\$ 1.039,00.

O governo Bolsonaro joga pelo ralo a política de valorização adotada desde 2004 e estabelecida por lei em 2007. O valor serve de referência para 49 milhões de pessoas, segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

O reajuste é de 4,1% em relação ao atual salário mínimo, de R\$ 998,00. Em nota técnica, o Dieese afirmou que a “interrupção do processo de resgate do valor histórico” da remuneração mínima do trabalhador brasileiro “deixa pelo caminho uma esperança de melhor condição de vida para milhões de pessoas e uma visão de civilização, onde as diferenças se estreitariam em benefício de todos”.

Grupusina no Raul

O ESPETÁCULO *Os cavalos comem repolho com manteiga defumada*, apresentado pelo Grupusina de Teatro, volta em cartaz no Teatro Raul Seixas quinta, sexta e sábado, às 19h. Os ingressos custam R\$ 20,00 (inteira) e R\$ 10,00 (meia). Bancários sindicalizados pagam meia-entrada.

Na próxima semana tem mais. No dias 16, 17 e 18 acontecem novas apresentações, no mesmo horário. Em meio a um cenário de uma guerra civil e um levante popular do governo, a peça fala da própria arte cênica, em que dois atores são surpreendidos pela ausência da plateia na estreia da performance.



SAQUE

Rogaciano Medeiros

FLAGELO Na vergonhosa nota pública em apoio aos ataques dos EUA contra o Irã, o Itamaraty fala na necessidade de combater o “flagelo do terrorismo”. É preciso deixar bem claro que o general Qassem Soleimani, assassinado a mando de Trump, era uma autoridade militar iraniana e nunca foi acusado de ser terrorista. Os Estados Unidos sim, praticaram terrorismo de Estado.

CONTRADIÇÃO Na cega submissão aos EUA, o governo Bolsonaro acusa o Irã, sem provas, de financiar o terrorismo. Mas, se cala diante do ataque, indiscutivelmente terrorista, contra o canal Porta dos Fundos, praticado pelo empresário Eduardo Fauzi Richard Cerquise, amigo do clã bolsonarista e filiado ao PSL, partido pelo qual o presidente se elegeu.

TARDIO Porreta esse general Carlos Alberto dos Santos Cruz! Só depois de demitido da Secretaria de Governo por exigência dos filhos do presidente, descobriu que “Bolsonaro não combate a corrupção”. Ora, ele bem o conhecia, inclusive sabe dos fatos e circunstâncias que determinaram a expulsão do capitão do Exército.

IRRELEVANTE É só conferir. A imensa maioria dos que se ofenderam com a nova agressão de Bolsonaro, de que “jornalista é uma raça em extinção”, é bolsonarista arrependido. Profissionais que ajudaram na demonização das esquerdas e contribuíram decisivamente na eleição do capitão. Para os jornalistas da resistência democrática, a provocação do presidente é irrelevante.

IRONIA O resultado da pesquisa Datafolha, que mostra Lula e Moro como os políticos mais confiáveis do Brasil, confirma que, muitas vezes, a vida é cheia de ironia e contradição. São dois nomes que representam projetos políticos diametralmente opostos. O ex-presidente representa a democracia social - liberdades e direitos - enquanto o ex-juiz encarna o neofascismo.